



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Uma « nova geração » de assistentes sociais : possibilidades de análise sobre trabalho e formação profissional em Serviço Social na Bahia

Josimara Delgado

Universidade Federal da Bahia-UFBA

josimaradelgado@gmail.com

Caroline Ramos do Carmo

Universidade Católica do Salvador

caroline.carmo@ucsal.br

Resumo: Essa comunicação propõe refletir sobre alguns aspectos da composição social do Serviço Social contemporâneo a partir da realidade das assistentes sociais atuantes em Salvador-BA. Esses aspectos permitem distinguir uma “nova geração” de assistentes sociais cujas trajetórias expressam algumas tendências importantes para se entender a particularidade da profissão na cidade, bem como questões pertinentes ao Serviço Social na contemporaneidade: a consolidação da docência em nível superior como um espaço de trabalho importante; a intensa precarização da condição de trabalho e da formação profissional; o processo de expansão da formação em Serviço Social pela via da privatização do ensino; a diversificação da base social que compõe a categoria com destaque para uma forte presença de mulheres negras, da classe trabalhadora, com múltiplas formas de inserção religiosa e política, bem como com diversidade sexual e cultural; a aproximação da categoria em relação aos debates sobre o anti-racismo e o feminismo, algumas vezes a partir de uma crítica às bases marxistas do Serviço Social. As análises feitas são fruto de trabalhos de investigação produzidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (UFBA).

Palavras-chaves: Serviço Social; Gênero; Geração; Formação.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, o Serviço Social brasileiro tem sofrido uma série de mudanças referentes a sua inserção na dinâmica da sociedade capitalista marcada pela crise do capital e suas formas de restauração. Destacam-se, nesse processo, a consolidação de um projeto profissional crítico, expresso em parâmetros como a Lei

de regulamentação da Profissão (8.662/1993), o Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Por outro lado, esses são também tempos de múltiplos desafios postos pela dinâmica do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, enquanto processos que apresentam novas determinações para a questão social, a qual se complexifica, bem como novas configurações



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

para o trabalho e a formação profissional no Brasil.

Nesse texto, pretendemos trazer alguns elementos que contribuam para a análise dessa última questão, qual seja, as mudanças no campo do trabalho e da formação em Serviço Social em sua face mais contemporânea. Aqui, buscamos, contudo, tematizar esse ponto, a partir do enfoque em uma particularidade sócio-histórica, a realidade profissional na cidade de Salvador-BA.

A motivação para o debate que traremos aqui parte de uma premissa que temos sustentado como base de nosso exercício teórico-político no Grupo de Pesquisa *Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social* (UFBA/CNPq), sobretudo por meio das pesquisas *O trabalho do assistente social em Salvador: contribuições para o debate atual (2013-2016)* e *As mulheres que constroem a Formação Profissional em Serviço Social na cidade de Salvador na atualidade: quem somos nós? (2018-2021)*.

Trata-se do pressuposto de que existe, no Serviço Social brasileiro, uma diversidade de condições de trabalho e de formação profissional, de dinâmicas e de sujeitos que precisam ser abordadas analiticamente para que possamos nos aproximar da realidade

mais concreta da profissão. Essa aproximação é fundamental, pois um dos traços que a contemporaneidade evidencia acerca do Serviço Social — e, especialmente, de seus processos formativos e consequentes escolhas ético-políticas — é a existência de uma diversidade profissional. Essa diversidade é uma tradução das desigualdades regionais que marcam a educação no Brasil, revelando aspectos específicos da formação profissional nos diversos estados brasileiros e apontando para a composição complexa da base social da categoria de Assistentes Sociais no Brasil, especialmente no tocante a suas auto-representações profissionais.

Partimos do pressuposto de que, na contemporaneidade, produzir análises concretas acerca da realidade da formação profissional, dentro de uma perspectiva crítica, é também uma expressão do compromisso político com o fortalecimento de um projeto profissional que se coloca na luta contra o conservadorismo social e profissional que marca esse contexto. Entendemos que a pesquisa de situações concretas acerca do trabalho profissional, das relações sociais em que se inscreve, das especificidades de seus sujeitos, das condições particulares de seu exercício, das especificidades regionais da questão social em que esse trabalho está inserido é uma condição essencial para o enfrentamento de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

vários desafios postos ao Serviço Social

brasileiro atualmente. Sobretudo, referimo-nos ao papel estratégico desse tipo de produção na identificação dos processos de precarização do trabalho¹ e da formação profissional num contexto de crise de capital e de avanço conservador.

Assim, pretendemos discutir, ainda que de forma incipiente, alguns desses processos que nos ajudam a perceber e analisar a diversidade concreta do Serviço Social brasileiro a partir da particularidade de Salvador-BA. Na cidade, observamos uma significativa e intensa mudança nos processos de formação, bem como no perfil das profissionais que compõem o contingente da categoria. Faz parte dessas mudanças no perfil da categoria o aumento exponencial do número de assistentes sociais no estado. Do mesmo modo, percebemos uma pluralidade de debates e tendências teórico-políticas, tanto no campo crítico-progressista, quanto no

¹ Seguimos aqui, o conceito de Graça Druck para quem a precarização é um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. Essa condição se torna central e hegemônica, contrapondo-se a outras formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país, que ainda permanecem e resistem (DRUCK, 2011, p.41).

campo conservador que se apresenta fortalecido.

Ainda que de forma incipiente, procuramos aproximar esse quadro que tentaremos caracterizar melhor, como sendo de formação de uma “nova geração” profissional no interior do Serviço Social brasileiro². Aqui pensamos essa “novidade” em relação à geração que formulou e contribuiu, com sua atuação profissional, política e intelectual, com a consolidação do projeto ético-político profissional hegemônico no Serviço Social. Tentamos aportar algumas pistas para entendermos que existiria em termos de processos de formação da categoria, base social e mercado de trabalho, novas condições sócio-históricas que poderiam ser bem traduzidas na ideia de uma nova geração de

² Quando se propõe pensar as relações sociais a partir do enfoque na noção de geração, coloca-se em pauta o modo como uma sociedade se reproduz e transmite suas heranças o que é uma questão central da sociedade moderna, marcada por grande dinâmica cultural, pelo individualismo e pela quebra das tradições. São referências importantes nesse debate, Mannheim (s/d) e Thompson (1998) que, pertencentes a distintas tradições teóricas, ressaltam, igualmente, a importância das gerações na constituição de uma memória coletiva e dessa como herança social importante para a compreensão do presente.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

assistentes sociais que, em diversos pontos, aporta questões à reconstrução de nosso projeto profissional. Cabe dizer que o enfoque na geração se dá, aqui, na relação dessa categoria com classe, raça e gênero, pois todos os processos históricos que serão aqui tratados são tecidos por essas dimensões em sua dinâmica concreta.

Do mesmo modo, cabe ainda dizer que, quando identificamos esses processos de mudança, não estamos apontando para uma novidade, de fato, no sentido de algo que rompe ou que surge repentinamente no horizonte profissional. Estamos tentando recuperar e analisar processos concretos que dão novas configurações e apresentam desafios ao nosso projeto profissional. Como afirmou José Paulo Netto.

Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. (NETTO, 1999, p.4-5)

Portanto, estaremos aqui apresentando quem são essas mulheres que envoltas em tal conjuntura de complexidade, nos fornecem indícios para pensar como se constrói a formação profissional na cidade de Salvador/Bahia na atualidade.

2) OS MECANISMOS DE FORMAÇÃO

PROFISSIONAL

Sobre os mecanismos de formação profissional, não podemos deixar de mencionar uma particularidade de Salvador. A formação profissional chama atenção pelo intenso processo de expansão pela via de instituições privadas — são 73 cursos no Estado da Bahia e 38 em Salvador, segundo dados do e-mec³ —, bem como pela tardia inserção da formação no âmbito público, visto que há apenas 10 anos surgem as duas unidades públicas de formação existentes do estado, ambas frutos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O ensino na área do Serviço Social no estado da Bahia foi feito, por muitas décadas, até 2001, pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Nesse ano, foi criada uma faculdade privada em Feira de Santana e, em 2003, uma outra em Salvador. Apenas em 2008 foi criado um curso de Serviço Social numa Universidade pública na Bahia, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e em 2009, o segundo curso, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, dentro do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Nesse

³ Trata-se do sistema *on line* que apresenta o Cadastro do Ministério da Educação de Instituições e Cursos de Educação Superior.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

período, ocorreu o intenso processo de expansão da graduação em Serviço Social, por meio de unidades privadas, onde se destaca a força adquirida por cursos totalmente ministrados à distância, bem como a inclusão progressiva de estratégias do ensino à distância em cursos presenciais.

Ainda no tocante à realidade dos cursos, o estado da Bahia enfrenta ainda o grave problema dos cursos de extensão com acesso à graduação. São modalidades de formação totalmente irregulares, que oferecem cursos feitos por empresas e, posteriormente, para validá-los, fazem parceria com cursos regulares de Serviço Social os quais fornecem os diplomas.

Atualmente, então, pode-se afirmar que a formação em Serviço Social no estado da Bahia é marcada pelos processos de privatização e mercantilização do ensino. É importante lembrar, sobre isso, que o processo de expansão da educação no Brasil, tanto por meio da multiplicação das universidades privadas e da ampliação dos cursos nas universidades públicas, como no crescimento dos cursos à distância, deu-se de modo a favorecer a iniciativa privada, abrindo espaços para que ela explore livremente o setor educacional e ainda receba financiamento público para seus negócios, como no Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), ou isenção fiscal

como no Programa Universidade para Todos (PROUNI). No setor público, lembremos que o REUNI ampliou as vagas públicas, adotando estratégias de gestão mercadológica como a otimização dos recursos materiais existentes e a intensificação do trabalho docente (PEREIRA, 2012).

Um outro dado que particulariza a realidade baiana é no que se refere à formação pós-graduada na área do Serviço Social. Somente em 2006, com o Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania na UCSAL, cria-se uma oportunidade efetiva de educação continuada na área de Serviço Social, sendo que, atualmente, tendo se tornado um Programa de Pós-Graduação, o curso de Políticas Sociais e Cidadania passou a ser da área interdisciplinar. Em 2013, inaugura-se o curso de Doutorado Interinstitucional-DINTER, envolvendo duas instituições – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – com o intuito de qualificar os professores dos cursos de Serviço Social da UFRB e da UFBA. Em 2018 foram criados os dois primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social em universidades públicas na Bahia, sendo esses ligados à UFBA e à UFRB.

Esse quadro de uma pós-graduação muito tardia, incidiu no perfil das assistentes sociais baianas e em suas trajetórias de formação



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

profissional. Destaca-se aqui, uma diversidade de percursos de formação pós-graduada, com predominância de profissionais com especializações, mestrados e doutorados em áreas como Educação, Saúde Coletiva, Política Social e, com grande presença entre as profissionais, os Estudos de Gênero oferecidos sobretudo pelo NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher). Esse é um dado interessante, pois aponta para a existência de uma pluralidade de debates presentes no âmbito da formação, com forte destaque para um importante acúmulo teórico-político da categoria em termos das questões étnico-raciais e de gênero.

Essa realidade evidencia uma diversificação dos mecanismos de formação, cuja dimensão precisamos mensurar para que consigamos concretizar os processos reais que definem a dinâmica do Serviço Social contemporâneo.

Pensamos que a realidade particular do Serviço Social na Bahia apresenta, para esse debate, alguns elementos muito significativos: em primeiro lugar, o número grande de profissionais da área existentes no estado, sendo atualmente, cerca de 20.000; em segundo lugar, o rebaixamento da qualidade da formação, justamente dada pelos processos de mercantilização; em terceiro lugar, o claro fortalecimento de propostas formativas conservadoras que se confrontam abertamente

ao projeto ético-político da categoria. E, finalmente, o acúmulo profissional e intelectual específico construído no estado, marcado pela ausência de pós-graduação na área do Serviço Social, o que contribuiu para que a ênfase da produção intelectual não fossem os debates mais voltados à profissão, mas fortaleceu uma diversidade de debates críticos interdisciplinares.

3) A BASE SÓCIO-PROFISSIONAL DA CATEGORIA

A base social da qual é composta uma categoria tem papel determinante na constituição dos projetos coletivos que uma profissão constrói ao longo de seu percurso histórico em dada sociedade. As inserções dos sujeitos profissionais em realidades de classe, raça, gênero e geração são importantes para a definição das expectativas que os/as profissionais lançam sobre a profissão e para a forma como ressignificam as experiências do trabalho, bem como os códigos e bases teóricas recebidos na formação.

Por exemplo, no caso do Serviço Social brasileiro, sabemos que, no processo de constituição da profissão no Brasil, o projeto societário defendido por mulheres da elite



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero.

católica e empresarial foi determinante na consolidação de uma intervenção profissional voltada para o disciplinamento das mulheres da classe trabalhadora e sustentado numa noção de compromisso moral de classe junto à pobreza.

Em meados da década de 1970, no interior do movimento de renovação do Serviço Social no Brasil, a categoria, pela primeira vez em sua história, empreende uma ruptura com esse universo conservador (NETTO, 1991), passando a buscar sua legitimação profissional não mais exclusivamente nas demandas do patronato e Estado, mas nas requisições dos usuários, que passam a ser vistos como integrantes da classe trabalhadora. Tal processo implicou na politização da categoria e na busca de novas bases teóricas, com uma afirmação da direção social dada pelo marxismo. Este referencial, a partir dos anos 1980 e avançando nos anos 1990, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país, fornecendo bases para a construção coletiva de um novo projeto profissional, marcado pela afirmação acadêmica e política do Serviço Social como profissão ligada à defesa de direitos sociais. No processo de ruptura e de afirmação de uma perspectiva crítica, a própria base de recrutamento se alterou. Sobretudo nessa passagem entre as décadas de 1980 e 1990, a categoria passa a ser composta por mulheres

de classe média, que passaram a atuar, de forma massiva, no conjunto das políticas de Seguridade Social, como funcionárias públicas. Nessa constituição do perfil profissional, destaca-se uma formação feita, em grande medida, pelas universidades públicas das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Esses giros foram fundamentais na constituição de uma imagem social da categoria, descolada do estereótipo da “moça caridosa” e muito mais forjada no ideário em torno de uma profissão comprometida com a ampliação dos direitos sociais e vinculada socialmente ao projeto da classe trabalhadora.

Mais recentemente, como parte de um processo mais amplo de transformações no mundo do trabalho, assiste-se a uma tendência de proletarização dos serviços, bem como de tecnificação de profissões interventivas de nível superior, como o Serviço Social.

Um dos desafios postos para as novas gerações profissionais no tocante à continuidade e efetividade do nosso projeto ético-político-profissional é o fato de que essas mulheres enfrentam uma das tendências do mercado de trabalho presentes no universo das ditas profissões femininas, qual seja, a predominância dos postos de trabalho precarizados. Retomando essa noção, Helena Hirata discute sobre o trabalho feminino na “nova divisão internacional do trabalho” que,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

se a mulher conseguiu aumentar sua participação em cargos de gerência e chefia, por outro lado, na contemporaneidade cresce também sua inserção nos trabalhos precarizados no campo dos serviços, onde há forte presença da terceirização (HIRATA, 2009).

A extrema precariedade do vínculo empregatício ou a ausência do mesmo é, atualmente, condição de trabalho posta para muitas assistentes sociais no Brasil. A predominância do vínculo de docente horista, os baixos salários, a instabilidade na carreira, a inserção concomitante em diversos campos sócio-ocupacionais, a ausência do processo de educação permanente e as várias dificuldades/impossibilidades para investimentos no avanço teórico-político são exemplos empíricos percebidos na realidade baiana e soteropolitana.

Esse contexto nos permite questionar que, se essas não são questões totalmente inéditas para a categoria, justamente por sermos uma “profissão feminina” numa sociedade produtora de assimetrias entre homens e mulheres, elas se colocam hoje, com centralidade, na medida em que interferem diretamente nas possibilidades de constituição da autonomia profissional diante da condição precarizada de trabalho.

Além desses processos que atingem o mercado de trabalho profissional, com a mudança nos mecanismos de reprodução já analisados anteriormente, observa-se um novo perfil de mulheres compondo o contingente profissional. Sobremaneira, trata-se de mulheres oriundas da classe trabalhadora, na Bahia, marcadas pelo recorte étnico-racial, sendo, pois, mulheres negras.

O acesso à educação superior, especialmente para as mulheres negras, tem significado a possibilidade de projetar trajetórias ocupacionais distintas das tradicionais ocupações oferecidas a esse grupo populacional no Brasil, muito voltadas para o trabalho doméstico.

Contudo, essa possibilidade de, digamos, ascensão social, conferida pela educação deve ser relativizada, uma vez que a ampliação do acesso à universidade tem gerado, para a classe trabalhadora, uma “expansão para menos” (LEHER, 2011), uma vez que não garante, por exemplo, a permanência das (os) estudantes na Universidade ou o acesso a melhores postos de trabalho. O trabalho de Cibele Henriques traz outro elemento importante para pensarmos esse quadro de questões. Usando dados do INEP de 2013, a autora mostra que as mulheres são maioria, dentre o total de estudantes que se matriculam em cursos à distância, o que a autora associa à falta de proteção pública às mulheres em seu



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

enfrentamento de duplas e triplas jornadas que envolvem, trabalho, estudo e família (HENRIQUES, 2016).

Propomos, então que, pensar concretamente esse contingente profissional implica em considerar as tramas das relações e desigualdades de classe, gênero, raça e geração tais como foram construídas nessa sociedade e reproduzidas hoje, de maneira tão nítida, em expressões como a precariedade do trabalho das mulheres negras, as assimetrias vivenciadas no mercado de trabalho e nas políticas públicas, a violência contra a mulher, a sobrecarga feminina em função da divisão sexual do trabalho, acirrada em tempos de crise do capital (HIRATA, 2009) e muitas outras situações. Se historicamente, há a uma continuidade na base sócio-histórica do contingente de assistentes sociais no Brasil, hoje, essas mulheres são muitas: são negras, vindas de várias unidades de formação, com pluralidade de orientação sexual e vinculação religiosa, com diversas formas de vínculo com o mundo do trabalho e com várias formas de inserção política que não passam necessariamente pelos órgãos representativos da categoria, como a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, durante a graduação - ENESSO ou o Conjunto CFESS-CRESS, após a conclusão do curso.

4. O DEBATE TEÓRICO-POLÍTICO DA FORMAÇÃO

O debate teórico-metodológico e ético-político que circunscreve a profissão na atualidade baiana, está assim permeado pela necessidade de reiterar a teoria e método crítico fundado no marxismo cuja compreensão, enquanto classe trabalhadora foi reiterado pós década de 1970, mas também, é premente realizar uma articulação com outras epistemologias, que traduzam efetivamente quem é que compõe essa classe na nossa região (mulheres, negras).

Não se trata apenas de adjetivar as pessoas que hoje assumem a responsabilidade de compor a “nova geração” de assistentes sociais, mas de reforçar que o combate ao conservadorismo que ainda hoje e, sobretudo hoje assombra a profissão, perpassa pela necessidade de compreender a realidade concreta, situar a nossa existência diversa, quem somos, o que queremos e como estamos construindo esse Serviço Social. Dito isso, entendemos que priorizar a compreensão de como as dimensões de classe, gênero e raça/etnia transversalizam na formação profissional é uma demarcação política imprescindível, contra o avanço neoconservador.

Assim, apesar de séria, a nosso ver, a produção profissional acerca do gênero é ainda tímida e esse traço expressa



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

escolhas, não só teóricas, mas também políticas da categoria ou de parcelas dela. Tal produção ainda não se constitui em acúmulo suficiente para subsidiar o exercício de transversalizar o debate de gênero no campo da formação profissional, especialmente porque não aprofunda suficientemente a discussão sobre o estatuto teórico da categoria gênero. Faltam produções que forjem uma discussão, no âmbito profissional, do gênero como categoria histórica que, em conjunto com outras, determina a vida em sociedade. (DELGADO; TAVARES, 2016).

Não temos dúvida que os desafios contemporâneos, enunciam que o atual contexto inflexiona o Serviço Social, com sérios riscos à efetivação do projeto ético-político profissional numa perspectiva emancipatória e crítica. Se no movimento de reconceituação algumas vertentes estiveram presentes, nas duas primeiras décadas dos anos 2000 percebemos uma retomada dessas vertentes, a partir de denominações reafirmadas pelos próprios grupos de assistentes sociais, quais sejam: Serviço Social Libertário, Serviço Social Clínico e Serviço Social Crítico.

Distante de amparar-se em uma perspectiva individualista e defesa de um Serviço Social *laissez faire* trazido pelo Serviço Social libertário, cujo sistema filosófico compreende que a realidade existe independente das interferências humanas, assim as adeptas desta corrente, defendem a revisão da formação profissional voltada

para a lógica do mercado, como recompensa, conforme reforça Oliveira (2017), no seu um texto sobre as 23 teses em prol de uma reforma do Serviço Social brasileiro e, distante também da compreensão de que existe um Serviço Social Clínico, que sugere a necessidade de práticas terapêuticas que centrem a ação das profissionais nos indivíduos e/ou famílias, que possuem “resistência” à inclusão social.

Sugerimos a necessidade de reforçar uma formação profissional voltada para a construção de uma perspectiva crítica de assistentes sociais que sustentadas na Teoria Social Crítica amplamente discutida por Paulo Netto (1991 e 1996), apoia-se na análise da inerente desigualdade presente na sociedade capitalista e suas contradições para compreender a inserção do Serviço Social, bem como o seu significado social e histórico neste contexto. Entendemos ainda que tal concepção deve considerar, também a importância da perspectiva epistemológica feminista, trazida por diversas autoras, dentre elas Cecília Sardenberg (2010), que nos auxilia a compreender que todo conhecimento deve vir articulado com uma prática política para o que se propõem, bem como dos reforços que Djamila Ribeiro (2017), quanto ao lugar de fala das mulheres negras que compõe a cenário. Portanto, a construção da formação profissional em



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Salvador, deve articular à compreensão de quem essas mulheres e sua realidade concreta.

É inegável que há projetos em disputa, portanto, urge a necessidade de aprofundar essas discussões tendo como intenção, questionar o conservadorismo que nas palavras de Marilda Yamamoto (1998, p. 23), “reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista”.

Nossa pretensão é reafirmar a necessidade de manutenção de uma ousadia própria das assistentes sociais, para continuar protagonizando a afirmação de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, como afirmado pelo projeto ético político profissional que o Serviço Social brasileiro construiu arduamente e adota como hegemônico na atualidade.

5. CONCLUSÕES

A democratização da formação profissional em Serviço Social na cidade de Salvador/Bahia, assim como em outras regiões do Brasil, terá uma sustentação fundada no processo de privatização e mercantilização do Ensino superior. Assim, percebemos que a partir da entrada dos anos 2000, a consolidação da docência em Serviço Social, será apresentada como mais uma possibilidade de

inserção sócio ocupacional para muitas assistentes sociais vez que esse espaço era até então muito restrito. Porém o que poderia considerar-se um avanço será também fruto de uma intensa precarização das condições de trabalho e da formação profissional.

Aqui não podemos ignorar, e, a intenção desse estudo preliminar foi dar visibilidade à diversificação da base social que compõe a categoria, tendo como destaque a forte presença de mulheres negras, da classe trabalhadora, com múltiplas formas de inserção religiosa e política, bem como com diversidade sexual e cultural, comum às diversas famílias que compõem o cenário baiano na atualidade. Nesse sentido, para nós, que hoje atuam no campo da docência em Serviço Social, é condição *sine qua non* a aproximação da categoria com os debates sobre o anti-racismo e o feminismo, em especial o feminismo negro, cujas produções nos incitam a necessidade de voltar-se para a compreensão das especificidades de cada mulher que hoje constrói o Serviço Social em uma região brasileira, marcada por poucas iniciativas universitárias, mínimos recursos para pesquisa, restritas e recentes iniciativas no campo da pós graduação.

É incontestável ainda a necessidade de ampliar o olhar para as várias assistentes sociais que hoje são responsáveis pela



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

formação profissional na Bahia. A nossa certeza também caminha no sentido de que é a base crítica fundada no marxismo que nos permite entender como nos situamos nessa realidade concreta, desigual e injusta, assim, essa mesma perspectiva, nos possibilita a assertiva de que é preciso associar à compreensão da nossa situação de classe a outras epistemologias que possam apreender a totalidade, considerando sua complexidade e, nesse aspecto, consideramos que as epistemologias feministas e o próprio feminismo negro pode nos auxiliar.

Ter a certeza desses vários desafios e necessidades, é atentar para a possibilidade de continuarmos com a construção de um Serviço Social crítico e reflexivo, pautado em um projeto ético-político profissional que atente para às desigualdades de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e geração que hoje circunscrevem o Serviço Social soteropolitano, contrapondo um neoconservadorismo que hoje apresenta-se como grande ameaça à formação profissional.

6. REFERÊNCIAS

DELGADO, J.; TAVARES, M. S. Digressões para decifrar e transversalizar o gênero na

formação em Serviço Social. In: GONÇALVES, M. da C. V.; MARTINS, T. C.; SANTOS, V. N. (orgs). **Temas contemporâneos no Serviço Social**; um convite à reflexão. São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências. **Cadernos CRH**, Salvador, v.24, n.spe 01, p.37-57, 2011.

HENRIQUES, C. da S. Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. **Universidade e Sociedade**. Andes-SN, junho de 2016.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 37, n. 13, pp. 595-609, 2007.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Bontempo, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**; trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

LEHER, R. **Entrevista: Roberto Leher critica “pacote da autonomia”**. Nader, V; BRITO, G. Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA). AMAZONAS: ADUA, 2011. Disponível em: <<http://adua.org.br>>. Acesso em: 20 out.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

2017.

MANNHEIM, K. **Sociologia do conhecimento**. II volume. Porto: Rés Editora, 1990.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social** ; uma análise do serviço social no Brasil pós-64. S. Paulo: Cortez, 1991

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

OLIVEIRA, E. M.. **23 Teses pela reforma do Serviço Social brasileiro**: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Toledo-Paraná, 2007. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view>>. Acesso em 30 set 2018

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017

SARDENBERG, Cecília.M.B. Da Transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, I; SCHEFLER, M. de L.; VAZQUEZ, P. S.; AQUINO, S. (Orgs) **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37- 73.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.